

Brasil pode recorrer à OMC contra Donald Trump

De início, porém, o governo brasileiro prefere apostar no diálogo

Por Karoline Cavalcante

O governo brasileiro, inicialmente, tem priorizado o diálogo diplomático para resolver a questão das sobretaxas impostas pelos Estados Unidos, que afetam diretamente o aço e o alumínio brasileiros. Contudo, diante da rigidez de Washington, o Brasil já estuda recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC), buscando resolver a disputa de forma multilateral.

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou nesta quarta-feira (12) que, se as tarifas forem mantidas, o Brasil não descartará essa via legal para contestar a medida unilateral do governo americano. A declaração foi feita em entrevista à Folha de S. Paulo.

“Essa é uma possibilidade. Nós defendemos o multilateralismo e a complementaridade econômica, e a OMC existe justamente para estabelecer regras universais que devem ser seguidas por todos”, destacou Alckmin.

O vice-presidente também reiterou que o Brasil não apresenta uma ameaça para os Estados Unidos, citando o superávit de mais de US\$ 7 bilhões do país com os EUA apenas em bens, além dos serviços. “No setor de aço, somos o terceiro maior comprador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos, produzimos semiacabados e exportamos para eles”, afirmou.

Diálogo

Alckmin expressou sua preocupação com a decisão do governo de Donald Trump (Re-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Alckmin ainda tenta o diálogo para resolver questão com os EUA

publicanos) e ressaltou que o Brasil prioriza o diálogo. “Nossa primeira opção é o diálogo. Nos próximos dias e semanas, buscaremos aprofundar esse trabalho com os Estados Unidos. Lamentamos profundamente essa medida, que encarece produtos e dificulta o comércio. Trata-se de uma ação unilateral, e o Brasil também avaliará outras medidas”, explicou.

Após se reunir com representantes da indústria do aço brasileira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apoiou a posição do governo. Ele afirmou que a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é de não adotar retaliações. O ministro da Fazenda também ressaltou que os empresários apresentaram argumentos sólidos de que as sobretaxas não são vantajosas nem para os Estados Unidos. Nos próximos dias, Haddad

encaminhará uma nota técnica a Alckmin com as propostas discutidas no encontro. “Os Estados Unidos só têm a perder, pois o comércio bilateral entre nossos países é muito equilibrado”, concluiu o ministro.

Injustificável

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a determinação é “injustificável” e “equivocada”, além de afetar o comércio bilateral entre as duas nações, que possuem uma cooperação e integração econômica histórica. Em nota, o Itamaraty destacou que as medidas terão impacto significativo sobre as exportações brasileiras de aço e alumínio para os EUA, que, em 2024, foram da ordem de US\$ 3,2 bilhões.

“No caso do aço, as indústrias do Brasil e dos Estados Unidos mantêm, há décadas, relação de complementaridade

mutuamente benéfica. O Brasil é o terceiro maior importador de carvão siderúrgico dos EUA (US\$ 1,2 bilhão) e o maior exportador de aço semiacabado para aquele país (US\$ 2,2 bilhões, 60% do total das importações dos EUA), insumo essencial para a própria indústria siderúrgica norte-americana”, afirmou o ministério.

Embora o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tenha dito mais cedo que novas decisões só serão tomadas na próxima sexta-feira (14), quando haverá uma nova reunião com representantes do governo americano, Alckmin negou que tenha um encontro marcado para o dia. Na semana passada, o vice-presidente realizou uma videoconferência com o secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick, e o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer.

Comissão de Direitos Humanos vai visitar presos do 8 de janeiro

Por Karoline Cavalcante

A primeira reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado sob a presidência da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) decidiu, nesta quarta-feira (12), realizar visitas técnicas aos presos detidos em razão dos atos extremistas de 8 de janeiro de 2023. O requerimento, apresentado pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), foi aprovado por unanimidade. O objetivo da diligência parlamentar é verificar se os detidos estão sendo vítimas de tortura ou maus-tratos.

“Estima-se que cerca de 200 pessoas ainda estejam privadas de liberdade, muitas delas em condições desumanas, com relatos de abusos e violações dos direitos humanos”, afirmou Girão no documento. “A visita proporcionará uma avaliação direta da situação e ajudará a promover a responsabilização de todos os envolvidos nesses atos arbitrários, bem como a buscar soluções para a melhoria das condições do sistema prisional”, prosseguiu o parlamentar.

Direito seletivo

Ao Correio da Manhã, Eduardo Girão explicou que já tentava efetivar a medida “há muito tempo”. Porém, durante a presidência do senador Paulo Paim (PT-RS) no colegiado, o tema não foi para frente. Na perspectiva de Girão, não



Geraldo Magela/Agência Senado

Foi a primeira sessão da CDH presidida por Damares Alves

houve uma individualização de condutas, e manifestantes inocentes acabaram respondendo de forma excessiva.

“É como se fossem direitos humanos seletivos. Eu cheguei a cobrar isso algumas vezes, passou esse tempo todo e se viraram as costas para presos políticos que não tiveram direito de defesa, contraditório... Pessoas que não tiveram o mínimo processo legal. Então, é algo surreal o que a gente viu, o ‘copiar e colar’ de sentença”, afirmou o senador.

Falta de atuação

Durante a sessão, Damares Alves criticou a ausência do Comitê Nacional de Com-

bate à Tortura (CNCT) e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), órgãos ligados ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, que, segundo ela, não atuaram nesses casos.

“Esse mecanismo é composto por 11 servidores, que recebem salários superiores a R\$ 10 mil, mais auxílio-moradia de mais de R\$ 3 mil, mais diárias e passagens, que têm que viajar o Brasil observando as denúncias de tortura. Não vi nenhum trabalho com relação aos presos do dia 8 de janeiro”, declarou a senadora.

Damares também considerou incompetente a atuação dos órgãos em relação a prisão

do ex-ministro e general Walter Braga Neto, de 68 anos, que está detido há 88 dias sem condenação judicial. “Se o mecanismo de combate à tortura e o comitê de combate à tortura não entende que isso é tortura, nós vamos ter que rasgar a legislação brasileira”, declarou a presidente do colegiado.

Ela também anunciou que outros congressistas, mesmo os que não integram a CDH, poderão acompanhar as diligências, caso desejem. A presidente da comissão ainda determinou que o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura seja comunicado e convidado para participar das visitas. Ainda serão definidas as respectivas datas e os presídios que serão visitados.

Briga antiga

Em 2019, quando Damares estava à frente do Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura denunciou o seu ministério por obstruir a fiscalização de condições em unidades penitenciárias e hospitais psiquiátricos. Após realizarem, posteriormente, inspeções no Ceará, o grupo divulgou um extenso relatório que apresentava violações e maus-tratos aos detidos. Pouco depois, Bolsonaro publicou um decreto exonerando todos os peritos do cargo e transformou o trabalho em voluntário.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Agentes na Operação Escudo, no Guarujá

Polícia paulista mata menos no início de 2025

Desde a virada do ano que a polícia paulista passou a matar menos: a soma dos 95 casos registrados em janeiro e fevereiro representa 61% das 154 mortes em decorrência de intervenção policial ocorridas nos mesmos meses do ano passado. Os números são do Gaesp, grupo do Ministério Público que faz o controle externo da atividade policial.

De acordo com a mes-

ma fonte, em outubro do ano passado, as forças policiais que atuam no estado chegaram a matar 101 pessoas, mais do dobro das 42 vítimas de janeiro de 2025.

Os dados levam em conta também casos ocorridos em decorrência de intervenções de guardas municipais, mas, na grande maioria das vezes — cerca de 91% —, as mortes envolvem a atuação da PM.

PM e confrontos

Responsável pelo patrulhamento ostensivo e por operações em favelas e periferias, a PM é, das forças policiais, a que mais protagoniza confrontos. Em janeiro e fevereiro deste ano, a Polícia Civil matou três pessoas — em apenas um dos casos o agente estava de serviço.

Questionamentos

Em 2025, houve uma explosão nas mortes pela polícia paulista em relação ao ano anterior: aumento de 65%, de 542 para 835 casos. O governador Tarcísio de Freitas e o secretário de Segurança, Guilherme Derrite, foram muitos questionados sobre a violência policial.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Governador quer ser menos radical que Bolsonaro

Para aliado, Tarcísio busca imagem de moderação

Para um político ligado ao bolsonarismo, a queda na letalidade da polícia de São Paulo está relacionada à necessidade de Tarcísio (Republicanos) procurar passar uma imagem de moderação.

Ele não pode abandonar o eleitorado de Jair Bolsonaro, mas, ao mesmo tempo, precisa tentar mostrar que não é tão ra-

dical quanto seu padrinho político.

Para este aliado, o governador, nos dois primeiros anos de governo, buscou construir o perfil de alguém que não dá tréguas aos bandidos.

Mas casos graves de abusos por parte de policiais — muitos deles, gravados — geraram um um freio de arrumação.

Lá e cá

Candidato potencial à Presidência da República — embora negue esta possibilidade —, o governador não pretende abandonar o discurso de combate sem tréguas à criminalidade. Mas sabe que precisa se mostrar confiável aos eleitores menos radicais

Geraldo na pista

Assim como quem não quer nada, Geraldo Alckmin (PSB) vai tratando de se colocar no páreo para uma disputa presidencial ou mesmo para o governo paulista. Nos últimos meses, os responsáveis por suas redes sociais têm tratado de modernizar sua imagem.

Não para

Seus posts são povoados de memes e de montagens. Ontem foi publicada uma imagem em que o vice-presidente aparece como DJ para comemorar o crescimento na indústria de alta tecnologia. A frase “A música não para” foi inserida como balão de quadrinhos.

Dupla

No entorno de Alckmin, há o consenso de que ele não tentará repetir a rasteira de Michael Temer em Dilma Rousseff e se manterá fiel ao presidente. Um carimbo muito usado nas postagens ressalta a ligação entre os dois, diz que, com Lula e Geraldo, o Brasil quer e faz.